

RÉPLICA A VIRGÍLIO H. CORREIA

O artigo de Virgílio Hipólito Correia, “Um modelo historiográfico para a Idade do Ferro do Sul de Portugal e a sua arqueologia” dirige-se contra os trabalhos que Ana Arruda e eu mesmo temos produzido, considerados sem muita justiça como “mero “mastigar” de dados já conhecidos”.

Parece o autor atribuir-me a ideia de que as sociedades pré-romanas do Sul de Portugal estavam organizadas em estados correspondentes a substratos étnicos e linguísticos distintos que manteriam relações de conflitualidade. Admiti, para os Cónios, mas apenas para estes, uma organização proto-estatal; não defendi a correspondência estado=etnia=língua, antes claramente afirmei a comunidade étnica e linguística de Cónios e Cinetes, bem como de uma possível etnia mirtilense; e não postulei relações de conflitualidade entre as unidades étnico-políticas, antes defendi boas relações de vizinhança e uma sociedade multi-racial.

O problema básico, na opinião do autor, diz respeito à existência de etnias e à sua natureza. Esperaríamos que Virgílio Correia nos dissesse alguma coisa sobre o seu entendimento do conceito de etnia. Não o faz. Critica-nos por deixarmos de lado um elemento essencial: o registo arqueológico. Ora que fiz eu (embora sem o conhecimento do registo arqueológico que reconheço ao autor) se não procurar nesse registo uma confirmação das divergências étnicas, confrontando, por exemplo, os monumentos funerários dos Cónios e dos Cinetes?

Em 1.1.1., Virgílio Correia acusa-me de ter uma concepção classificatória e nomotética das sociedades antigas, coisa que não sei o que seja. Sei o que é uma concepção nomotética da Arqueologia, mas não compreendo o que seja uma concepção nomotética das sociedades antigas. Também não vejo que modelos teóricos insanavelmente contraditórios adoptei. Como o autor cita, neste contexto, o meu pequeno livro *Para uma conciliação das Arqueologias*, parece-me ver aqui uma alusão à posição conciliatória que naquele trabalho assumi. Não é este o momento adequado para abordar este assunto, ao qual aliás voltei na recente mesa-redonda organizada no Porto sobre *Conceptualização e Interpretação em Arqueologia*. Devo dizer, porém, que não estou sozinho nesta tentativa de demonstração da compatibilidade das diversas Arqueologias, mas muito bem acompanhado por Renfrew, Trigger e pelo próprio Hodder, este último na sua posição mais recente.

Considera Virgílio Correia insuficientemente fundados os cálculos da popu-

lação que atribuí aos Cónios e aos seus “casais”. Admito que Fernão Vaz possa não ter atingido os 50 habitantes que hipoteticamente lhe atribuí como *maximum*. Mas o importante no meu artigo foi chamar a atenção para o estatuto de “casais” daquilo que até agora se tem chamado “povoados”. A expressão de “povoados” parece-me ambígua, por poder entender-se como aldeia de vizinhos, isto é, como habitat pluri-familiar. Ao meu ver, os “povoados” da região de Ourique são unidades uni-familiares que não ultrapassariam, como norma, os 30 habitantes. Gostaria que Virgílio Correia, com a experiência que tem destes “povoados”, se pronunciasse sobre esta minha hipótese.

Segundo Virgílio Correia, cada necrópole corresponderia a um núcleo de povoamento. A expressão é, mais uma vez, ambígua. O que é um núcleo de povoamento? É um casal (ou povoado)? É um conjunto de casais, como proponho? O autor não se pronuncia sobre um dos pontos que reputo mais importantes do meu artigo e afirma que a “integração global destes núcleos de povoamento era feita, certamente, por núcleos populacionais maiores, localizados em povoados fortificados”. Onde estão eles? Por que é que Caetano Beirão, que tantas batidas fez no Baixo-Alentejo, nunca os encontrou?

Virgílio Correia concede que temos de entender os “círculos culturais” como “entidades orgânicas, necessariamente políticas, em interacção.”. Só que não admite que os Cónios possam ter constituído um estado. E porquê? Só porque *magister* (leia-se Wagner) *dixit* que Tartesso não constituiu um estado; por isso os Cónios, em situação periférica a Tartesso, não poderão ter tido o estatuto que a área central também não teve. Mas não terá mesmo Tartesso atingido o estatuto de proto-estado, estado primitivo ou *early state*?

Admito poder ter ido longe demais atribuindo aos Cónios um nível, ainda que primitivo, de organização estatal. Mas que propõe Virgílio Correia? Uma sociedade baseada em linhagens. Ora isto não constitui alternativa, pois a linhagem é compatível com o chefado e até com formas primitivas de estado que podem ser largamente familísticas. Ou quererá Virgílio Correia atribuir às sociedades da 1ª Idade do Ferro no Sul de Portugal um sistema de linhagens segmentárias, para usar a expressão de Sahlins? Neste caso, se eu caí em excesso, não estará Virgílio Correia a tombar no excesso oposto, postulando uma organização social demasiadamente primitiva? E não será a escrita um elemento mais compatível com uma sociedade estatal do que com um sistema social de linhagens segmentares? E a importância socio-política dos sacerdotes que o autor sugere não será também mais compatível com os níveis de chefado e de estado do que com um sistema de linhagens segmentares? Não é certo, como disse Service, que o chefado e o sacerdócio parecem ter surgido juntos como duas formas gêmeas de autoridade?

Virgílio Correia não examina devidamente a minha hipótese de derivação de

casais por um processo que Sahlins designa de esporulação e Firth, de ramagem: os mais novos da família abandonariam a residência original para fundarem novos casais, ficando os casais derivados todavia solidários no seio de uma linhagem que manteria um cemitério comum.

A minha proposta de que os “círculos culturais” correspondem a etnias não merece a concordância de Virgílio Correia, que claramente afirma: “quanto a nós, tal coincidência não existe”. E continua, manifestando-se contra a ideia de que “um etnónimo veiculado numa fonte é sinónimo da existência de um grupo discreto de população, portador de um património genético e linguístico distinto dos outros”. Quanto a nós, não vemos razão para duvidar de que os etnónimos citados pelos autores clássicos sejam sinónimos de grupos discretos, mas nunca pretendemos que Cónios e Cinetes tenham sido genética e linguisticamente distintos; antes pelo contrário, afirmámos que as etnias da 1ª Idade do Ferro do Sul de Portugal (Cónios, Cinetes e uma hipotética etnia mirtilense) se integravam no mesmo fundo genético e linguístico. Afirmar que as etnias citadas pelos autores antigos não correspondem a etnias reais é uma pura hipótese, que o autor não defende de modo convincente.

Afirma ainda Virgílio Correia que as explicações baseadas nos movimentos de povos são racistas. Como concilia o autor esta sua afirmação com esta outra, que também faz, que “os povos pré-históricos movimentavam-se, existiam invasões e deslocações maciças de grupos sociais”? Como eu admito deslocações de Cempsos, Sefes e Célticos, estou a ser racista, embora Virgílio Correia conceda que o facto de alguém ser racista “não permite considerá-lo um crápula de maus sentimentos”.

Em conclusão: não creio que as minhas hipóteses tenham sido demolidas por Virgílio Correia; o autor apresenta hipóteses alternativas, abrindo um debate que espera a contribuição de outros autores.

Jorge de Alarcão